

Economia terá ajustes

13 FEV 1995

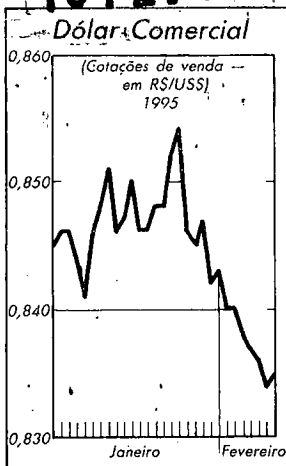
por Claudia Saffell
de Brasília

O câmbio será a última coisa a ser mexida na política do setor externo. Antes de começar a atacar a sobrevalorização do real, o governo já definiu uma agenda de pontos a alterar, que começa com a revisão do liberalismo nas importações, adotado em outubro passado, passa pela ampliação do mecanismo de depreciação acelerada para os setores industriais e pelo fim do ICMS nas exportações, entre outras providências. Um conjunto de ações que vai "melhorar a taxa de câmbio efetiva, antes de alterarmos a taxa de câmbio propriamente dita", disse a este jornal um qualificado membro da área econômica.

A defasagem cambial, acumulada desde a implantação do real, não é tão grande como parece, garantiu a fonte. O deflator mais recomendável, segundo ele, é o Índice de Preços ao Consumidor (IPC)

expurgado de alguns componentes, como alugueis. Os cálculos da área econômica indicariam, assim, uma sobrevalorização do real na casa dos 16% frente ao dólar norte-americano. Pelo menos 4 pontos percentuais já teriam sido reduzidos com a abertura dos Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC) e mais 2 pontos o serão com a regulamentação do fim do PIS e da Cofins sobre matérias-primas.

O governo poderá, também, fazer uma rodada de diminuição do imposto de exportação. Essas iniciativas, combinadas com o ganho de escala que a indústria alcançou com a ocupação da capacidade instalada, apontariam, assim, para um câmbio razoável. As discussões sobre como e quando começar a mover a taxa de câmbio do nível atual para algo mais próximo da paridade 1 por 1, geralmente, ainda não estão concluídas, no âmbito da equipe econômica.



Assim como o governo decidiu elevar o Imposto de Importação dos automóveis, deverá ampliar essa iniciativa para outros segmentos da economia. "Em outubro, com medo da demanda das festas de fim de ano, o governo teve um surto liberalizante que não é próprio da social-democracia", diz a fonte. Na medida das necessidades, o recuo será feito, garantiu a fonte.

Nenhuma das mudanças colocadas na agenda do setor externo, contudo, será suficiente para equilibrar as contas correntes do balanço de pagamentos deste ano. "O déficit em transações correntes é inevitável, mas não poderá ser superior a R\$ 7 bilhões", indicou a fonte.

As últimas projeções da área econômica para o balanço de pagamentos,

depois do déficit comercial já considerado em janeiro e dos efeitos da crise mexicana, são: balança comercial superavitária, mas entre US\$ 6 bilhões e US\$ 8 bilhões, balança de serviços deficitária entre US\$ 15 bilhões e US\$ 17 bilhões (o aumento do fluxo de comércio aumenta os gastos com serviços, além dos efeitos da elevação das taxas de juro dos EUA). A disponibilidade de financiamento externo, pela conta de capitais, para cobrir o déficit em conta corrente é estimada entre US\$ 5 bilhões e US\$ 7 bilhões. A situação é, portanto, muito apertada. Razão que justifica o recuo esperado na abertura comercial.

A crise do México mostrou que esse déficit não pode mais ser financiado por capitais de curto prazo. "Temos que mudar o perfil da conta de capitais, buscando cobrir as contas correntes com recursos de investimentos

(Continua na página)

Economia terá...

por Claudia Saffell
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

diretos é suppliers credit de longo prazo, que vêm junto com importações de máquinas e equipamentos.

O ingresso de "suppliers" de longo prazo foi, aliás, que permitiu à Argentina manter um diferencial de fluxos de capitais em relação ao México, como constatou o diretor do BC, Francisco Lopes, que esteve naquele país, a mando do governo brasileiro, para averiguar as condições da Argentina depois da crise cambial do México.

Todas essas questões têm sido intensamente discutidas na equipe econômica, e têm ligação direta, também, com o debate que os economistas do governo travam sobre a exacerbação do consumo, sobretudo privado. Como explicou o secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, uma demanda menos aquecida daria enorme alívio nas contas externas. O ponto de ligação entre déficit em conta corrente, política cambial e consumo está no chamado nível de "absorção doméstica" — que representa o total de consumo mais investimentos na economia. Menos consumo significaria mais bens disponíveis para exportação e menor necessidade de importações.

Mendonça de Barros disse a este jornal que quanto maior a privatização neste

ano, melhor será o nível de absorção doméstica, na medida em que as vendas de empresas estatais tiram poder de compra do setor privado, trazendo um efeito de diminuição da demanda agregada.

Ha uma preocupação do governo com a situação de superaquecimento da demanda até porque não há segurança de que o patamar a que chegou o consumidor, agora, seja estável ou se poderá haver um repique. "O consumo privado subiu em dois grandes degraus: entre julho e setembro — o que determinou as medidas de outubro — e dezembro/janeiro, com um ligeiro desaquecimento na segunda quinzena do mês passado. Não temos segurança de que não mudará de patamar, mais para a frente", observou Mendonça de Barros. Agora, a situação é de superaquecimento localizado em dois segmentos: na linha branca (eletrodomésticos) e na linha marrom (eletroeletrônicos).

Ele confirmou que o governo está avaliando a possibilidade de adotar medidas que freiem a atuação das empresas de "factoring", que estariam dando gás ao crédito ao consumidor, na medida em que descontam, com deságio, os cheques pré-datados que os compradores usam para financiar o consumo. Como as ações do governo, para conter demanda, estão limitadas, poderá haver, segundo o secretário, um "pot-pourri" de pequenas medidas.

13 FEV 1995